Apresentação: 17/09/2025 16:24:43.103 - Mesa
RIC n.6225/2025

Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2025

(do Sr. Marcos Pollon)

Requer informações ao Ministro de Estado da Defesa José Múcio Monteiro Filho sobre declarações públicas do Ministro de Estado de Minas e Energia Alexandre Silveira de Oliveira relativas ao suposto planejamento do Brasil para desenvolver defesa nuclear.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 115, inciso I, e art. 116, ambos do RICD, c/c art. 50, §2º, da Constituição Federal, requeiro informações ao Ministro de Estado da Defesa José Múcio Monteiro Filho, a respeito de declarações prestadas à imprensa[1] (reportagem da CNN Brasil de 05/09/2025) nas quais afirmou que o "Brasil precisa se planejar para desenvolver defesa nuclear".

A fala envolve diretamente a política de defesa, a soberania nacional e os compromissos internacionais do País, despertando preocupação quanto à condução da política nuclear brasileira e seu enquadramento constitucional e diplomático.

Dada a gravidade do tema, requer-se as seguintes informações:

1. Informar se o Ministério da Defesa foi previamente consultado sobre as declarações do Ministro de Minas e Energia.

2. Informar se há, no âmbito do Ministério da Defesa, qualquer estudo, projeto, grupo de trabalho ou política oficial que contemple a hipótese de desenvolvimento de defesa nuclear.

3. Informar se o Governo Federal possui, em sua Estratégia Nacional de

[1] Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/ministro-diz-que-brasil-precisa-se-planejar-para-desenvolver-defesa-nuclear/ "**Ministro diz que Brasil precisa se planejar para desenvolver defesa nuclear** Atualmente, Constituição não permite o uso de energia nuclear para desenvolvimento bélico; Silveira argumenta, no entanto, que essa posição precisará ser revista no longo prazo" Acesso em: 08/09/2025.

CD259973896100

Brasília – DF: Câmara dos Deputados – Anexo – III – Gabinete 136 – 70160-900
Telefone: (61) 3215 5136 - E-mail: dep.marcospollon@camara.leg.br / gab.marcospollon@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259973896100
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

Apresentação: 17/09/2025 16:24:43.103 - Mesa
RIC n.6225/2025

Defesa ou em outros documentos oficiais, diretrizes que considerem a possibilidade de utilização da energia nuclear para fins militares.

4. Informar se o Ministério da Defesa tem participado de reuniões interministeriais ou acordos internacionais que possam ser interpretados como preparação para eventual programa nuclear de defesa.

5. Informar quais medidas o Ministério da Defesa tem adotado para reafirmar o compromisso do Brasil com o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear, em consonância com a Constituição e os tratados internacionais.

6. Informar se existe previsão orçamentária ou cooperação bilateral/multilateral que envolva recursos de defesa em projetos relacionados à área nuclear.

7. Informar se houve posicionamento formal das Forças Armadas sobre as declarações do Ministro de Minas e Energia.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento visa obter esclarecimentos sobre declarações públicas que envolvem a política de defesa nuclear do Brasil, matéria de extrema sensibilidade constitucional, diplomática e estratégica.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 21, XXIII, “a”, determina que a energia nuclear somente poderá ser utilizada para fins pacíficos. O Brasil é signatário de tratados internacionais como o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e o Tratado de Tlatelolco que reforçam esse compromisso.

Nesse contexto, a declaração de que o País precisa “se planejar para desenvolver defesa nuclear” gera preocupações graves, pois pode:

a) comprometer a imagem do Brasil como líder regional em favor da paz e da não proliferação;

CD259973896100

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259973896100
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

Apresentação: 17/09/2025 16:24:43.103 - Mesa
RIC n.6225/2025

b) causar insegurança jurídica e diplomática quanto à política nuclear nacional;
c) levantar suspeitas sobre desvio de finalidade de programas civis e orçamentos de defesa;
d) e fragilizar a coerência da Estratégia Nacional de Defesa, que não contempla a adoção de armas nucleares.

A gravidade aumenta diante da atual conjuntura de política externa brasileira, caracterizada pela aproximação com China, Rússia e Venezuela, países que mantêm regimes autoritários e programas militares sensíveis:

e) A China amplia programas nucleares e militares, mantendo com o Brasil parcerias estratégicas em tecnologia e infraestrutura.
f) A Rússia, em guerra contra a Ucrânia e em violação a tratados, é potência nuclear que desafia a ordem internacional, e a aproximação brasileira pode sugerir alinhamento.
g) A Venezuela, regime ditatorial aliado de Rússia, China e Irã, representa risco de associação estratégica incompatível com o compromisso brasileiro com a paz.

Diante desse quadro, as declarações do Ministro de Minas e Energia, mesmo não sendo atribuição de sua pasta, repercutem diretamente na Defesa Nacional, podendo ser interpretadas como indício de reposicionamento geopolítico do Brasil.

Dessa forma, cabe ao Parlamento exercer seu papel de fiscalização e controle, exigindo do Poder Executivo explicações formais e providências que assegurem a legalidade constitucional, a manutenção dos compromissos internacionais do Brasil e a preservação de sua credibilidade internacional como país comprometido com a paz e com a utilização da energia nuclear exclusivamente para fins pacíficos.

Sala das Sessões, em de setembro de 2025.

Deputado MARCOS POLLON
PL/MS

CD259973896100

Brasília – DF: Câmara dos Deputados – Anexo – III – Gabinete 136 – 70160-900
Telefone: (61) 3215 5136 - E-mail: dep.marcospollon@camara.leg.br / gab.marcospollon@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259973896100
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon